

Bolsonaro é alvo de Operação da PF

Em operação para investigar fraudes nos cartões de vacina contra COVID, agentes fizeram busca e apreensão na casa do ex-presidente e prenderam ajudante de ordem e cinco auxiliares

PF apreende celular de Bolsonaro. Aliado é preso



Agentes foram ontem à residência da família Bolsonaro para cumprir mandado de busca e apreensão

Amãnhã de ontem começou com Jair Bolsonaro (PL) voltando às páginas do noticiário por polêmicas envolvendo a imunização contra a COVID-19. A Operação Venire, dirigida pela Polícia Federal (PF), colocou o ex-presidente mais uma vez na mira da Justiça, desta vez por suspeitas de fraude em seu cartão de vacinação e o de sua filha mais nova, Laura. A corporação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, a cumprir 16 mandados de busca e apreensão e seis de prisão, distribuídos entre o Distrito Federal e o Rio de Janeiro. A tarde, Moraes apontou que existe uma possível "organização criminosa" no esquema de adulteração de dados de vacinação alvo da operação da PF. O magistrado derrubou o sigilo da decisão que autorizou mandados de busca e apreensão na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e da prisão de nomes a ele associados como o tenente-coronel Mauro Cid Barbosa, seu ex-ajudante de ordens. No documento, Moraes aponta que há elementos robustos para que a operação acontecesse diante do histórico de declarações do ex-presidente em relação à vacinação contra a COVID-19.

"Diante do exposto e do notório posicionamento público de Jair Messias Bolsonaro contra a vacinação, objeto da CPI da Pandemia e de investigações nesta Suprema Corte, é plausível, lógica e robusta a linha investigativa sobre a possibilidade de o ex-presidente da República, de maneira velada e mediante inserção de dados falsos nos sistemas do SUS, buscar para si e para terceiros eventuais vantagens advindas da efetiva imunização, especialmente considerado o fato de não ter conseguido a reeleição nas eleições gerais de 2022", escreve Moraes na decisão.

Moraes ainda aponta que as investigações da PF, com base em medidas como a quebra de sigilo telefônico do ex-ajudante de ordens do presidente, Mauro Cid, retinam indícios relevantes sobre os possíveis fraudes no sistema de vacinação. O ministro cita o inquérito das fake news e das mídias digitais, pelos quais a Operação Venire foi autorizada.

"Além disso, são absolutamente relevantes os indícios da ocorrência efetiva dos crimes, espe-

cialmente no contexto agora noticiado de inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A do Código Penal - pecculato eletrônico), o que indicaria, nos termos dos indícios já colhidos, a efetiva existência de uma organização criminosa articulada, com divisão de tarefas e de múltiplos objetivos, tanto no âmbito particular dos investigados, como em aspectos relacionados ao interesse público, em detrimento da credibilidade interna e externa do exemplar controle de vacinação nacional em pleno período pandêmico, conforme elementos já colhidos em outras investigações em curso nesta SUPREMA CORTE, especialmente os Inqs. 4.781/DF (fake news) e 4.874/DF (mílicas digitais)", disse.

A Operação Venire teve 16 alvos de busca e apreensão, incluindo Bolsonaro, que teve seu celular apreendido pela PF. Seis pessoas foram presas sob suspeita de terem articulado fraudes no sistema de registro de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo a PF, além de viabilizar viagens aos Estados Unidos, que exigem um passaporte sanitário a visitantes estrangeiro, as adulterações buscavam manter a coesão do grupo ligado a Bolsonaro em sua pauta antivacina. Além do ex-presidente, o cartão de vacina de Laura Bolsonaro, sua filha de 12 anos, também é investigado por possível fraude. A Polícia Federal aponta como possíveis crimes associados aos atos investigados a infração de medida sanitária preventiva; associação criminosa; inserção de dados falsos em sistemas de informação; e corrupção de menores.

Bolsonaro, que se negou a prestar depoimento à Polícia Federal sobre a suposta fraude no cartão de vacina, se disse surpreso sobre o mandado de busca e apreensão. Na porta de sua casa, o ex-presidente falou à imprensa e reiterou que não tomou a vacina e não precisou apresentar qualquer tipo de comprovante para entrar nos Estados Unidos. "Não tomei a vacina. Nunca me foi pedido cartão de vacina (para entrar nos EUA). Não existe adulteração da minha parte. Não tomei a vacina, ponto final", disse o presidente.

PASSO A PASSO

Quais são as suspeitas?

De acordo com a PF, os suspeitos constituíram uma associação que inseria dados falsos de vacinação contra a COVID-19 nos sistemas de registros do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a corporação, os alvos da operação teriam realizado as fraudes entre novembro de 2021 e dezembro de 2022 e a suspeita é de que as adulterações tinham como objetivo viabilizar viagens aos Estados Unidos, que exigem um passaporte sanitário a visitantes estrangeiros.

Além de acordo com a Polícia Federal, outro objetivo do grupo seria manter a coesão em relação à pauta ideológica antivacina do grupo associado ao bolsonarismo. Durante a pandemia, Jair Bolsonaro repetiu reiteradamente discursos desmentando a adesão às vacinas contra a COVID e disse que não tomara ou levava sua filha mais nova para se proteger do coronavírus.

Linha de investigação

A investigação trabalha com duas tentativas de inserção de dados no sistema do Ministério da Saúde. Uma delas foi feita em 21 de dezembro às vésperas de uma viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos. Com os dados, o ex-presidente passaria a ter duas doses da vacina Pfizer, que ele próprio negou ter tomado por ter "tido a bula" do imunizante.

De acordo com trechos da investigação citados na decisão de Alexandre de Moraes, um fato que gerou suspeita foi a inserção de registros de vacinação de Jair Bolsonaro e sua filha nos dias 21 e 22 de dezembro de 2022, cerca de 2 a 5 meses após os dados em que a imunização teria acontecido. Como as informações são repassadas ao sistema do Ministério da Saúde de forma imediata, o intervalo longo causa estranhamento.

Quais cartões estão sob suspeita

De acordo com as investigações, há suspeitas de fraude no cartão de vacinação de Jair Bolsonaro, Laura Bolsonaro, Mauro Cid, sua esposa e filha.

Quais os possíveis crimes

Segundo a PF, os possíveis crimes associados aos atos investigados são: infração de medida sanitária preventiva; associação criminosa; inserção de dados falsos em sistemas de informação; e corrupção de menores.

Quem foi alvo de busca e apreensão

De acordo com a PF, foram 16 alvos de busca e apreensão na Operação Venire nesta quarta. O mais relevante é o ex-presidente Bolsonaro, que teve o celular recolhido pela PF. Conforme apurado pelo Estado de Minas, o aparelho apreendido é inserido em software utilizado para destrinchar os dados armazenados desde a fábrica.

As informações encontradas em aparelhos eletrônicos, por exemplo, podem ser uma chave para que outros crimes sejam investigados. Como todos os dados passam por uma análise, mesmo que não tenham relação à operação em questão, indícios de infrações relacionados a demais conteúdos podem passar a ser alvo de novo inquérito.

Os alvos de busca são

- Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República
Tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro
Gabriela Santiago Ribeiro Cid, esposa de Mauro Cid
Gutemberg Reis de Oliveira, deputado federal pelo MDB - RJ
Luís Marcos dos Reis, sargento do Exército, ex-integrante da equipe de Mauro Cid
Farley Vinicius Alcântara, médico que teria envolvimento no esquema
João Carlos de Sousa Brecha, secretário de Governo de Duque de Caxias (RJ)
Max Guilherme Machado de Moura, segurança de Bolsonaro
Sergio Rocha Cordeiro, segurança de Bolsonaro
Marcelo Costa Câmara, assessor especial de Bolsonaro
Eduardo Crespo Alves, militar
Marcelo Moraes Siciliano, ex-vereador do RJ
Ailton Gonçalves Moraes Barros, candidato a deputado estadual pelo PL - RJ em 2022
Camila Paulino Alves Soares, enfermeira da prefeitura de Duque de Caxias
Claudia Helena Acoata Rodrigues Da Silva
Marcelo Fernandes de Holand

PREÇOS

De acordo com a PF, foram seis presos pela operação nesta quarta. O principal deles é o tenente-coronel Mauro Cid, braço-direito de Bolsonaro, de quem foi ajudante de ordens durante o mandato na presidência. Também destacam-se o secretário de governo de Duque de Caxias - RJ, cidade onde uma possível fraude foi investigada e de Ailton Barros, candidato a deputado estadual pelo PL no Rio de Janeiro concorrendo sob o alcunha de "01 de Bolsonaro".

QUEM SÃO OS PRESOS:

- Tenente-coronel Mauro Cid Barbosa, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro;
Policial militar Max Guilherme, assessor especial e segurança de Bolsonaro;
Sergio Cordeiro, assessor especial e segurança de Bolsonaro;
Secretário de Governo de Duque de Caxias (RJ), João Carlos de Sousa Brecha;
Sargento do Exército Luís Marcos dos Reis, ex-integrante da equipe de Mauro Cid;
Ailton Gonçalves Moraes Barros, candidato a deputado estadual pelo PL - RJ em 2022.

Crimes com pena de até 5 anos



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3 e 4